



Entre “fracassos” e “sucessos”: a qualidade da educação básica na mídia brasileira

Between “failures” and “successes”: the quality of basic education in the Brazilian media

Thais Marin

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Campinas/SP - Brasil

Resumo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador criado pelo governo brasileiro, em 2007, para mensurar a qualidade da educação básica. Os números do Ideb 2023 foram publicizados em agosto de 2024. Considerando os meios de comunicação como atores políticos que afetam a compreensão de questões públicas e o método de análise de conteúdo de Bardin (2016), o artigo analisa a cobertura do Ideb 2023 realizada pelos jornais de maior circulação do país, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Verifica-se que os editoriais, artigos e notícias publicados reproduzem narrativas da privatização da educação pública, dão espaço a organizações privadas que têm incidido na política educacional brasileira, disseminam *rankings* de escolas e redes e tratam de casos de “sucesso” ou “fracasso” educacional, mobilizando diferentes explicações para bons ou maus desempenhos.

Palavras-chave: Qualidade da Educação; Avaliação Educacional; Cobertura Midiática.

Abstract

The Basic Education Development Index (Ideb) is an indicator created by the Brazilian government in 2007 to measure the quality of basic education. The Ideb 2023 results were published in August 2024. Considering media as political actors that affect the understanding of public issues and Bardin's (2016) content analysis method, the paper analyzes the coverage of Ideb 2023 made by the Brazilian's largest-circulation newspapers, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* and *O Estado de S. Paulo*. The research found that the editorials, articles and news published by these newspapers reproduce narratives of the privatization of public education, give space to private organizations that have been influencing Brazilian educational policy, disseminate rankings of schools and school systems and present cases of educational “success” or “failure”, suggesting different explanations for good or bad performances.

Keywords: Quality of Education; Educational Assessment; Media Coverage.

Introdução

Os meios de comunicação tradicionais, de maior circulação e audiência – a grande mídia – não apenas participam do debate público. Ao cumprir seu papel de propagar informações que podem estar distantes dos olhos dos receptores, a imprensa atua como mediadora da realidade social que vivenciamos. Com sua capacidade de pautar ou silenciar assuntos, modelar questões de acordo com interesses específicos, dar espaço e voz a determinadas fontes ou, ainda, apresentar e defender como racionais soluções opressivas, a grande mídia influencia a compreensão de questões públicas, tornando-se um ator político fundamental (Abramo, 2016; Capelato, 1988; Lippmann, 2008; McCombs, 2009).

Os processos de privatização da educação, ou seja, de transferência de recursos e/ou responsabilidades do Estado a atores não-estatais, de fomento ao mercado educacional ou de assimilação de ideários e interesses privados na educação pública (Adrião, 2022; Ball; Youdell, 2007; Belfield; Levin, 2002; Klees, 2020), iniciaram-se no Brasil nos anos 1990 como manifestação da neoliberalização do Estado nacional. A cultura de obsessão por resultados educacionais, reflexo da invasão de concepções gerencialistas ensejadas por tais processos, levou à proliferação de mecanismos de mensuração da qualidade educacional. O lançamento dos resultados de indicadores dessa natureza figura como tema de interesse dos veículos de comunicação. Este é, portanto, um momento oportuno para observar quais construções ideológicas a respeito da educação pública são propagadas pela mídia.

Partindo desses pressupostos, este artigo tem como objetivo analisar a cobertura do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) realizada pela imprensa nacional nos 30 dias subsequentes ao seu lançamento. O indicador foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), para mensurar a qualidade da educação básica brasileira. São objeto desta investigação notícias, editoriais e artigos publicados pelos três jornais de maior circulação do país, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, entre 14 de agosto e 14 de setembro de 2024. Considerando o método da análise de conteúdo de Bardin (2016), conjunto de técnicas de exploração que possibilitam a descrição e inferência acerca de material qualitativo, são avaliados os imaginários disseminados sobre a educação básica brasileira e sua qualidade, bem como os sentidos reservados aos ditos casos de “fracasso” e “sucesso” educacionais. Também são apurados elementos como a autoria dos artigos e os atores consultados como

fontes de informação em notícias, cotejando-os com aqueles que têm sido destacados pela literatura em privatização da educação por sua incidência na política educacional brasileira.

Além desta Introdução, o artigo se divide em quatro seções. A primeira aborda a alguns desenvolvimentos da concepção de qualidade da educação e suas implicações para os processos educativos. A segunda, também de natureza teórica, destaca pesquisas sobre o discurso midiático a respeito da educação pública. Na sequência, são apresentados os principais resultados da análise de conteúdo empreendida. As considerações finais, por sua vez, retomam reflexões fundamentais e ponderam sobre as contribuições do artigo.

Avaliação da qualidade da educação

A definição de qualidade da educação é determinada diretamente pela compreensão que se tem de educação e de sua função no desenvolvimento da sociedade. Trata-se, portanto, de um conceito em constante disputa, de sentidos diversos e mutáveis que atendem à dinâmica de relações e interesses dos grupos sociais em certos tempos e espaços (Dourado; Oliveira, 2009; Mocarzel; Najjar, 2020).

Segundo Gentili (2015), a concepção de qualidade sempre esteve presente no mundo empresarial. No início do século XX, com a difusão dos métodos de racionalização do trabalho industrial, qualidade dizia respeito a características do produto ou serviço. A crise do modelo de organização taylorista-fordista, a partir dos anos 1970, no entanto, transformou a noção de qualidade em um valor sistêmico relacionado às diversas etapas do processo de produção – conceito conhecido como Gestão da Qualidade Total. Como algo mensurável, a qualidade tornou-se estratégia competitiva e de diferenciação empresarial.

Esse deslocamento da noção de qualidade também se manifestou no campo educacional. No período pós Segunda Guerra, sobretudo por influência do keynesianismo e das expressões do Estado de Bem-Estar Social nos contextos nacionais, a qualidade educacional se relacionava a investimentos em recursos humanos e materiais nos sistemas escolares e era aferida, por exemplo, a partir dos gastos, salários de professores, número de alunos por sala e custo por aluno. Tendo-se a escola como instituição capaz de garantir oportunidades de vida, entre as melhorias pretendidas estavam universalização do acesso, equiparação de condições de ensino e expansão do tempo de escolarização (Enguita, 2015).

Entre os anos 1980 e 1990, com a neoliberalização e as transformações acarretadas na estrutura e na atuação dos Estados nacionais subjugados à lógica do mercado, critérios de

produtividade, redução de custos e busca por resultados quantificáveis adentraram a educação. O controle do processo educativo em seus variados aspectos – recursos, gestão, currículo, atuação dos professores e demais profissionais, entre outros – entendidos agora como variáveis instrumentais, tornou-se elemento fundamental para a persecução da qualidade educacional. Dentro dessa lógica, a qualidade da educação é medida por indicadores de desempenho de estudantes e os dispositivos de aferição são desideologizados, beneficiando-se de uma aura de neutralidade técnica. A diferenciação entre redes e escolas e a competição por posições destacadas em *rankings* minaram a democratização do acesso à educação e a igualdade de oportunidades como valores societários. Promovida por organizações multilaterais e fundações privadas com atuação internacional, tal concepção de qualidade foi exportada aos países em desenvolvimento (Afonso, 2007; Enguita, 2015; Gentili, 2015; Harvey, 2014; Mocarzel; Najjar, 2020).

Num simulacro do controle de qualidade da administração empresarial, a obsessão por métricas e resultados quantificáveis legitimou-se como estratégia indutora da melhoria da qualidade educacional: quanto mais mensura, mais melhora. Nessa perspectiva, a vigilância contínua acerca dos sujeitos da educação passou a integrar a rotina escolar, não apenas com testes de desempenho, mas sistemas e plataformas de monitoramento da gestão e da atuação docente. Práticas de reconhecimento e punição do mérito, como bonificações, vinculação de salários – e mesmo aquelas aplicadas em outros países, como demissões e fechamento de escolas – justificam-se em prol da melhoria da qualidade. Avaliar a educação torna-se, na verdade, responsabilizar atores do processo educativo (Marin, 2024).

Ainda, a cultura do desempenho como métrica para a qualidade educacional aliou-se ao ideário de que a educação pública, ineficiente, deve ser reformada e modernizada de modo a atender às necessidades do mundo do trabalho e promover a economia, inspirando-se nas tendências de organização de processos do setor privado. Além da aplicação de avaliações em larga escala, da vigilância e responsabilização de educadores pelo desempenho dos estudantes, de modo geral, também integram o discurso da reforma a padronização curricular e a incorporação de disciplinas para a formação de trabalhadores resilientes, proativos e empreendedores (Adrião, 2022; Ball; Youdell, 2007; Freitas, 2018; Laval, 2019).

A política brasileira de avaliação da educação em larga escala começou a ser sistematicamente aplicada a partir de 1990, com a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que, naquele período, averiguava o desempenho de amostra de

estudantes de ensino fundamental de escolas públicas, nas áreas de língua portuguesa, matemática, ciências naturais e redação. Sob gestão do Inep, do MEC, em seus 35 anos de existência, o Saeb passou por diversos rearranjos a fim de ampliar as etapas de ensino avaliadas, adequar matrizes de referência e áreas, incluir escolas particulares e adotar o perfil censitário (Inep, 2025a; Lélis; Hora, 2020).

Além do Saeb, outros dois momentos fundamentais marcam a avaliação educacional no país. O primeiro foi a adesão ao *Programme for International Student Assessment* (PISA), criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1998, com primeira aplicação em 2000. Considerado a maior avaliação de desempenho educacional do mundo, o teste avalia o desempenho de estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências, a cada três anos, possibilitando a comparação entre as redes nacionais. No Brasil, o planejamento e operacionalização é de responsabilidade do Inep. A última edição do Pisa, em 2022, contou com a participação de 81 países (Inep, 2025b).

O segundo é a criação do Ideb – objeto desta investigação – em 2007, pelo Inep, com o objetivo de mensurar a qualidade da educação básica nacional e com a pactuação de metas para unidades escolares e redes até o ano de 2021. Com série histórica bienal iniciada em 2005, o índice é determinado a partir de dados de aprovação escolar, provenientes do Censo Escolar, e das médias de desempenho de avaliações das disciplinas de língua portuguesa e matemática do Saeb. Calculado para todas as escolas públicas e redes de ensino do país, com participação de escolas particulares de modo amostral, sem divulgação de notas individuais, o índice varia de 0 a 10: quanto maior o número de alunos aprovados e maior o seu desempenho, maior o Ideb. Segundo o Inep, a média 6 almejada para o final do primeiro ciclo, em 2021, corresponderia ao padrão de qualidade de países desenvolvidos (Inep, 2025c).

A institucionalização da avaliação em larga escala também se estendeu aos governos subnacionais. Levantamento de Machado e Arcas (2024) apontou que 24 estados brasileiros possuem sistemas próprios e ativos de avaliação do desempenho de estudantes de suas redes, com poucas diferenças em termos dos instrumentos aplicados pela avaliação do governo federal. Os primeiros desses sistemas foram criados na década de 1990 e se replicaram progressivamente desde então. Bauer et al. (2015), por sua vez, destacam a expansão desses sistemas nas redes municipais a partir de 2005. Survey aplicado pelos

autores em 4.309 municípios, em 2014, identificou que, naquele ano, 37% destes já dispunham de avaliações próprias e outros 21% pretendiam desenvolvê-las.

A retórica reformista nacional é capitaneada e disseminada no país marcadamente por fundações e institutos privados e empresários. Sua articulação em redes de colaboração e *advocacy* junto ao Estado caracteriza a atuação desses atores. Duas dessas redes têm se destacado por sua incidência nas políticas educacionais: Parceiros da Educação, fundada pelo presidente da empresa de seguros Porto Seguro, em 2004; e Todos pela Educação, estabelecida por grupo de empresários e apoiadores, em 2006 (Adrião, 2022; Adrião et al., 2022). O documento “*A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil*”, publicado em 2010 e assinado por institutos e fundações privadas, é relevante por sistematizar as principais reformas defendidas por esses atores. Apontada de modo alarmista como responsável pelo aumento da violência, marginalidade, falta de qualificação profissional e subemprego, a suposta baixa qualidade educacional seria o principal contratempo para o país desenvolver adequadamente sua economia. Entre as reformas apresentadas no documento, avaliação de desempenho e responsabilização de profissionais têm centralidade: criação de currículo básico nacional, com materiais pedagógicos alinhados e “aprofundamento da cultura de medição de desempenho”; reestruturação da carreira docente, removendo a estabilidade funcional, incluindo critérios de meritocracia e avaliações frequentes e vinculando promoções e salários ao desempenho de estudantes; criação de Lei de Responsabilidade Educacional, com repasse de recursos às redes e escolas vinculado ao desempenho de estudantes e à responsabilização de gestores (A Transformação [...], 2010).

Reduzida à “racionalidade instrumental” (Afonso, 2007) de resultados quantificáveis e indicadores de desempenho, a avaliação da qualidade educacional descola-se da realidade na medida em que desconsidera as práticas de ensino e os processos de aprendizagem, as condições infraestruturais para a realização da docência, os contextos socioeconômicos de cada rede e escola, ou mesmo a história de vida de cada estudante. Dispositivos como o Ideb, que deveriam proporcionar dados a embasar programas e políticas educacionais, transformam-se em índices de avanços e retrocessos, taxando boas e más escolas e redes. Os ranqueamentos também possibilitados por esses indicadores e popularizados com o apoio da mídia de massa, enquadram a educação como um mercado ao naturalizar a competição entre escolas e redes e a escolha parental. Certos de que o bom desempenho é um produto

produzido por professores e munidos de informações sobre as melhores e piores escolas-empresas, os pais-consumidores podem optar pela educação escolar.

Educação pública na mídia

O discurso midiático sobre a educação pública é objeto de investigação de diversos estudos nacionais e internacionais. Há trabalhos que contribuem direta ou indiretamente para o debate sobre os processos de privatização da educação. Analisando a produção midiática internacional, é relevante a pesquisa de Berliner e Biddle (1995). Os autores cunharam o termo “crise manufaturada” da educação pública estadunidense para abordar o movimento de reformas iniciado no país a partir dos anos 1980. Ao divulgar amplamente relatórios oficiais que culpabilizam escolas públicas pelas deficiências econômicas, reproduzir dados educacionais de forma simplista e sem checagem de fontes, omitir evidências e conferir autoridade e espaço a vozes conservadoras e reformistas, a grande mídia dos Estados Unidos ajudou a forjar a crise educacional.

Anderson (2007), que também investigou a mídia noticiosa estadunidense, enfatiza os modos pelos quais esta contribui para a construção e disseminação de “espetáculos políticos”, versões distorcidas da realidade, que legitimam políticas e práticas de reforma escolar. Entre os mecanismos de construção desse espetáculo, estão a nomeação de problemas educacionais e identificação de certos eventos como crises; o enquadramento de interesses políticos corporativos como racionais e neutros; a evocação de professores e sindicatos como inimigos e o esquecimento de outros atores do processo político; e a manutenção do público em seu papel de espectador. Essas operações discursivas dão origem a percepções, opiniões, desejos e estratégias que fortalecem ou destroem o apoio a políticas e ideologias educacionais específicas.

Outra iniciativa importante é a de Da Porta e Cianci (2016), que pesquisaram os sentidos da educação em reportagens, colunas e editoriais de oito jornais conservadores e progressistas da Argentina, Chile, Equador e México em outubro de 2013. Para as autoras, na imprensa hegemônica, entre outras condições, notam-se os enquadramentos da crise da educação pública, ineficiência das escolas públicas, e educação como meio instrumental e questão individual; além da ênfase na superioridade da educação privada e da presença de representantes de *think tanks* como especialistas. Já nos veículos progressistas, a educação

pública figura mais objetivamente como direito, a atuação estatal é tratada de modo positivo e há a presença de acadêmicos e atores da comunidade escolar como fontes de informação.

Entre as pesquisas que se voltaram ao conteúdo midiático nacional sobre educação, está o trabalho de Gerzson (2007), que analisou as publicações das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, entre 2003 e 2005. A autora observou a propagação de concepções e práticas de favorecimento à racionalidade neoliberal, entre elas a ênfase em resultados, competição, competência, liberdade de escolha e mercantilização do conhecimento, enquadrando a educação como responsável pela promoção do sucesso pessoal e desenvolvimento do país.

Cripa (2007), por sua vez, comparou a cobertura educacional realizada pela *Folha de S.Paulo* em 1973, quando o jornal implantou uma editoria específica para o tema, e em 2002. A cobertura do primeiro momento, com volume expressivo de reportagens que se valiam de consultas a fontes diversas da comunidade escolar, se contrapôs ao cenário de “oficialismo e burocracia” do último período, quando a educação já não dispunha de editoria própria e disputava espaço com outros temas. Não só houve uma significativa redução em volume e conteúdo de reportagens, como as fontes restringiram-se àquelas oficiais ou da “elite educacional do país”. Para Val e Aquino (2013), que também investigaram as reportagens do veículo entre 1996 e 2006, as publicações reproduzem “concepções reparatórias ou reformistas” acerca da educação escolar, desqualificando o quadro docente e clamando pela intervenção da sociedade para a persecução da qualidade educacional.

Já em Marin (2024), a fim de verificar a disseminação do discurso da privatização da educação básica na mídia brasileira, são analisados os editoriais e artigos de opinião publicados pela *Folha de S.Paulo* entre 2005 e 2020. A autora nomeia “narrativas da privatização da educação” as formulações discursivas que se repetem nos textos e cujos modos de caracterizar a educação básica pública contribuem para o favorecimento de políticas privatistas. Entre elas, estão as ideias de crise na educação pública; culpabilização de professores pelo fracasso educacional; suficiência financeira do setor, mas má gestão de recursos; maior capacitação de organizações privadas no oferecimento de soluções educacionais; e de melhoria da qualidade da educação atrelada a avaliações em larga escala, monitoramento de resultados e premiação ou punição de profissionais e escolas – esta última tem subjugado a avaliação educacional contemporânea.

A cobertura midiática sobre a qualidade da educação

Os veículos selecionados para esta investigação, quais sejam, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, são os jornais de maior circulação do país, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e somavam, em 2023, respectivamente, 796 mil, 400 mil e 249 mil exemplares diários pagos (Folha, 2024). Centenários, os três jornais estão entre os ativos dos maiores grupos de mídia do Brasil: *Grupo Folha*, formado ainda por agência de notícias, instituto de pesquisas, gráfica, empresas de logística e o portal de conteúdo e notícias UOL – detentor da empresa de pagamentos eletrônicos PagSeguro, ambos líderes em seus segmentos – de propriedade da família Frias de Oliveira, uma das mais ricas do Brasil; *Grupo Globo*, o maior conglomerado de comunicação do país, com jornais, revistas, canais de TV aberta e por assinatura, portais, plataforma de *streaming*, emissoras de rádio, editora, empresa de investimentos e a Fundação Roberto Marinho – de propriedade da família Marinho, também uma das mais ricas; e *Grupo Estado*, com agência de notícias, portal, emissora de rádio e gravadora – da família Mesquita (Forbes, 2025).

O levantamento empreendido junto aos bancos de dados digitais dos veículos selecionados, no período de 14 de agosto a 14 de setembro de 2024, localizou editoriais, artigos e notícias que mencionam o descritor “Ideb” em seu conteúdo e cujo tema principal é a repercussão da divulgação do índice. Descartadas as publicações cujo conteúdo não trata dos resultados do Ideb como pauta principal ou de relevância, compõem o banco final 87 textos midiáticos, conforme especifica a **Tabela 1**.

Tabela 1: Publicações sobre o Ideb 2023 localizadas

	Editoriais	Artigos	Notícias	TOTAL
<i>O Estado de S. Paulo</i>	2	4	9	15
<i>Folha de S.Paulo</i>	1	7	26	34
<i>O Globo</i>	3	5	30	39
TOTAL	6	16	65	87

Fonte: Elaboração própria.

São três diferentes formatos jornalísticos os observados nesta investigação. O editorial, do gênero opinativo, é um texto breve, publicado em todas as edições e sem assinatura pessoal, representando a opinião oficial do veículo. Os artigos, também do gênero opinativo, são textos livres e podem ser elaborados por articulistas do próprio veículo ou atores externos a convite ou espontaneamente. Notícias e reportagens, por fim, integram o gênero informativo, distanciando-se, portanto, da expressão de opiniões. Seu propósito é

informar sobre fatos de relevância com diferentes graus de profundidade: enquanto a notícia tende apenas a relatar a novidade de modo objetivo, a reportagem apresenta mais elementos, como depoimentos, dados e imagens, para debater temas atuais ou não (Marques de Melo, 1985). A fim de organização do banco de publicações, neste artigo, os textos do gênero informativo levantados são tratados igualmente como “notícias”.

Antes de analisar a cobertura da divulgação do Ideb 2023, alguns apontamentos gerais sobre seus resultados são importantes, já que refletiram na abordagem das publicações. As metas definidas para o primeiro ciclo do Ideb se encerraram em 2021. Como o Inep trabalha na atualização do índice e na criação de novo plano de metas, a edição 2023 não contou com metas específicas. Ainda, tendo em vista os dados da edição anterior terem sido coletados no primeiro ano da pandemia de Covid-19 – em período em que as taxas de aprovação e participação no Saeb ficaram comprometidas – comparações com a edição de 2021 levariam a distorções, devendo-se considerar, então, os números de 2019. Quanto aos resultados, de modo geral, indicaram tendência à estabilidade em relação a 2019, com sobressaltos apenas nos anos iniciais do ensino fundamental. Pela primeira vez na história do Ideb, por exemplo, 21 escolas de anos iniciais, todas localizadas na região Nordeste, atingiram o índice 10. Outras redes, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, destacaram-se negativamente.

Após a análise de conteúdo do material, algumas características se mostraram relevantes. Considerando as narrativas da privatização da educação (Marin, 2024), três delas estiveram presentes no conjunto total ou em alguns dos tipos de textos, sobretudo nos editoriais e artigos. Um grupo de editoriais (50%) e artigos (43,75%) explorou a narrativa de que a educação básica brasileira é de má qualidade. Ao comentar os resultados do Ideb, optaram por abordar a ideia de crise no setor, utilizar termos enfaticamente negativos para tratar do tema ou alertar para a “estagnação” da qualidade da educação nacional. Quantidade similar de editoriais (50%) e artigos (43,75%) reconheceu como positivas as avaliações externas, em larga escala e/ou seus correspondentes – desempenho de estudantes como principal indicador de qualidade; estabelecimento de metas de desempenho; ranqueamento de escolas e redes; premiações relacionadas a cumprimento de metas etc. – para a melhoria da qualidade da educação. Dentro desta narrativa da avaliação educacional, métricas e indicadores são tidos como ferramentas de controle que levariam a melhores resultados. Para as notícias, a frequência dessas concepções foi menor, respectivamente 17% e 21,5%. Os trechos abaixo ilustram tais narrativas.

São decepcionantes os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) divulgados nesta semana pelo ministro da Educação, Camilo Santana (*O Globo*, Editorial *Resultado do Ideb revela política educacional ineficaz e desigual*, 16/08/2024).

O fracasso da educação no Brasil é um problema que vai além da simples falta de recursos financeiros (*Folha de S.Paulo*, Artigo *Ideb 2023 mostra que não é só sobre dinheiro*, Rudá Ricci, 19/08/2024).

No entanto, como vemos em casos de sucesso obtidos por escolas no Brasil e mundo afora, a avaliação externa emerge como uma ferramenta poderosa para trazer evidências de aprendizagem ao empregar métricas bem definidas estabelecidas, por exemplo, pelo IDEB, ENEM ou PISA (*O Estado de S. Paulo*, Artigo *A importância das avaliações externas na busca por uma educação baseada em evidências*, Diego Silva, 21/08/2024).

Precisamos de metas com altas expectativas de aprendizagem para todos os estudantes, ao mesmo tempo em que é fundamental também rever a própria métrica. Passados quase 30 anos da primeira avaliação comparativa da aprendizagem em larga escala, é hora de reformular o sistema (*O Globo*, Artigo *Qual a ambição educacional do Brasil?*, Ricardo Henriques, 09/09/2024).

No reduzido grupo de editoriais, vê-se que um editorial de cada veículo (50% do total) também reproduziu a narrativa de que os recursos investidos na educação básica pública nacional são suficientes; logo, a melhoria da qualidade da educação não dependeria de mais investimentos (Marin, 2024). O fato de São Paulo, o estado mais rico do país, ter apresentado desempenho no Ideb inferior ao de estados com menos recursos, como os do Nordeste, por exemplo, é a justificativa dos jornais para sustentar esse ponto de vista. Esse ideário também se manifestou em alguns artigos (12,5%) e notícias (3%), mas de maneira menos frequente.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023 revela que, para melhorar a aprendizagem dos alunos, uma gestão mais eficiente dos recursos pode ter peso maior do que os montantes disponíveis para o setor (*Folha de S.Paulo*, Editorial *Gestão de recursos faz a diferença no ensino*, 15/08/2024).

A superintendente da organização Itaú Social, Patrícia Mota Guedes, fez uma análise certa ao identificar na qualidade das políticas públicas, mais do que mesmo no volume de capital investido, o sucesso ou o fracasso educacional (*O Estado de S. Paulo*, Editorial *As fragilidades do ensino*, 20/08/2024).

É verdade que, em condições ideais, a despesa brasileira por aluno deveria ser maior, mas seria um erro considerar que o avanço lento da qualidade do ensino por aqui resulta apenas da falta de dinheiro. [...] Países ricos hoje com gasto per capita superior ao brasileiro não chegaram à situação atual destinando fatias muito maiores. Com o orçamento atual, o Brasil ainda tem muito a avançar (*O Globo*, Editorial *Não falta apenas dinheiro para melhorar educação*, 10/09/2024).

Outra característica saliente no conjunto de editoriais (66%) é a citação de pesquisas ou dados produzidos por organizações privadas reconhecidas pela literatura em privatização

da educação básica por sua incidência junto às redes de ensino do país. Os dois editoriais do *Estadão* mencionam, cada um, levantamento do Todos pela Educação sobre acesso escolar, bem como dados de sua plataforma Educação Já Municípios; e depoimento de representante do Itaú Social sobre a relação entre a qualidade da política pública e o sucesso educacional. Já dois editoriais de *O Globo* mencionam, cada um, investigação do Instituto Sonho Grande e do Instituto Natura sobre a relação entre ensino de tempo integral e desempenho de estudantes; e estudo do Instituto Unibanco sobre financiamento educacional.

No caso dos artigos dos três veículos, essas organizações também se destacaram. Os artigos foram escritos, em sua maioria, por autores individuais. Apenas quatro deles são assinados em coautoria. Considerando as coautorias e aqueles que publicaram mais de uma vez, no total, 16 diferentes autores assinaram os artigos. Em relação ao vínculo dos autores com os jornais, sete artigos (44%) são assinados por colunistas e nove (56%) por personalidades externas ao veículo. Dez dos artigos (62,5%) foram escritos por autores com vínculos atuais ou prévios com escolas privadas, ONGs, institutos e fundações ligados à temática da educação: Colégio Pentágono, Fundação Lemann, Instituto Palavra Aberta, Instituto Cultiva, Instituto Unibanco, Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede); ONG Amigos do Bem e Todos pela Educação. Se somados a este número aqueles que citaram fontes ou dados de instituições dessa natureza, é possível verificar que elas estão presentes, seja na autoria, no conteúdo do texto ou em ambos, em 12 artigos (75%).

Quanto às notícias, verifica-se que 55 delas (84,6%), publicadas pelos três veículos, citam atores ou instituições ao relatarem os acontecimentos de sua pauta ou como fontes das informações apresentadas, sejam estes órgãos e representantes de governos, comunidade escolar, organismos multilaterais, universidades e centros de pesquisa e instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Para aquelas que citam fontes, 17 (31%) mencionam organizações deste último tipo, entre elas Centro de Políticas e Avaliação da Educação (Caed), Falconi, Fundação Lemann, Grupo Primum Educacional, Iede, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Itaú Social, Instituto João e Maria Backheuser e Todos pela Educação.

Ainda sobre o grupo de notícias, vale notar que a cobertura do Ideb 2023 realizada pelos três veículos caracterizou-se pela divulgação de *rankings* de escolas ou redes, pelo destaque dado às melhores ou piores posições desses *rankings* ou pela informação sobre o alcance ou insuficiência dessas escolas e redes em atingir metas do indicador. 50 notícias (77%) abordaram o tema deste modo, conforme mostram os títulos ou chamadas a seguir. As

publicações de *O Globo* foram as mais recorrentes, representando 90% das notícias divulgadas pelo veículo, seguidas por *O Estado de S. Paulo* (78%) e *Folha de S. Paulo* (61,5%).

Escolas particulares de SP pioram e ficam de fora do top 3 no fundamental (*O Estado de S. Paulo*, Renata Cafardo, 14/08/2024).

SP piora ensino nos anos iniciais e fica fora do top 10 de capitais; veja ranking (*O Estado de S. Paulo*, Isabela Moya, 14/08/2024).

Goiás tem melhor nota do país, Pará dispara, SP e RJ caem; veja ranking do ensino médio (*Folha de S. Paulo*, Isabela Palhares e Paulo Saldaña, 14/08/2024).

Veja as 100 melhores escolas de anos finais do ensino fundamental do país, segundo o Ideb 2023 (*Folha de S. Paulo*, Redação, 14/08/2024).

Conheça as dez melhores e piores escolas públicas do Rio nos ensinos médio e fundamental (*O Globo*, Thayná Rodrigues, 15/08/2024).

Ideb 2023: das 50 cidades com maiores notas no fim do ensino fundamental, 36 são do Nordeste; veja lista (*O Globo*, Bruno Alfano, 15/08/2024).

Finalmente, aspecto importante das publicações são os sentidos dados ao “sucesso” ou “fracasso” educacional. Ao tratar dos casos que figuram positiva ou negativamente no ranking do Ideb 2023, 50,5% de todas as publicações apresentam explicações para os bons ou maus desempenhos, sejam como comentários do próprio texto ou como depoimentos de outras fontes integrados a eles, como demonstram os trechos abaixo. Observando a frequência dessas menções em cada grupo, tem-se: 83% dos editoriais, 44% dos artigos e 49% das notícias.

Outra política que impactou a rede de ensino paulista, na avaliação de Cássio, foi o intenso processo de digitalização, iniciado pelo secretário de Educação de Tarcísio, o empresário da área de tecnologia Renato Feder. Ele adotou uma série de aplicativos e plataformas digitais para serem usados nos processos pedagógicos e monitorar o trabalho dos professores. Ele chegou a anunciar que não iria mais usar livros didáticos, mas recuou depois de forte repercussão negativa (*Folha de S. Paulo*, Notícia *Desempenho do ensino médio de SP recua e é menor do que antes da pandemia*, Isabela Palhares e Paulo Saldaña, 14/08/2024).

Quando olhamos para os anos iniciais, para a gestão dos municípios, os três Estados que mais avançaram em relação à aprendizagem foram Alagoas, Maranhão e Ceará, três do Nordeste, que, em comum, têm apostado muito no regime de colaboração com os municípios: o Estado ajuda os municípios nas políticas educacionais, fornece formação continuada para os municípios, material, avaliações, paga bolsistas para atuarem nas secretarias municipais e há premiação para escolas (*O Estado de S. Paulo*, Notícia *‘Brasil deveria, no mínimo, ter retomado indicadores pré-pandemia’*, diz especialista, Isabela Moya, 14/08/2024).

O Pará teve muito sucesso. Partiu de uma priorização curricular, estabeleceu um foco muito grande com avaliações e fez intervenções pedagógicas muito fortes para estudantes que ao longo do ano iam sendo detectados com problemas de

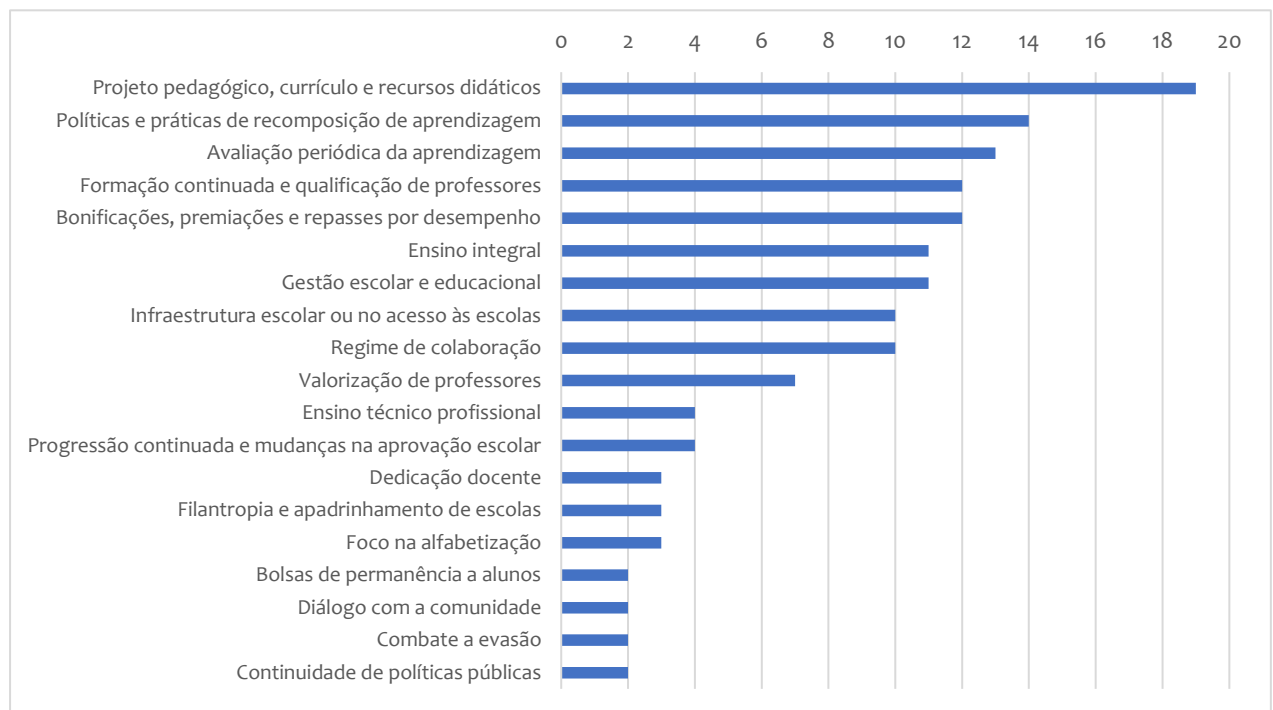
Entre “fracassos” e “sucessos”: a qualidade da educação básica na mídia brasileira

aprendizagens - afirmou o especialista do Todos Pela Educação (O Globo, Notícia São Paulo, Rio e Minas puxam aprendizagem do país para baixo após desempenho ruim em testes, Bruno Alfano, 02/09/2024).

A análise das explicações mobilizadas por esse grupo de textos também desperta interesse. As **Tabelas 2 e 3** listam as causas do “sucesso” ou “fracasso” educacional mencionadas, de acordo com sua frequência. Foram contabilizadas apenas as causas citadas, pelo menos, em dois textos diferentes. A frequência das tabelas, portanto, diz respeito ao número de textos que menciona cada uma das justificativas. Entre os principais fatores a explicar o “sucesso” educacional de escolas ou redes no Ideb 2023, vêem-se presentes as propostas que figuram na cartilha contemporânea de reformas educacionais tratadas em seção anterior: inovações curriculares (19), avaliações frequentes da aprendizagem (13), bonificações e repasses por desempenho (12), ensino integral (11) e gestão educacional ou escolar (11). Questões relativas à carreira e salários dos docentes – aqui agrupadas em “valorização de professores”, importa observar, são também mencionadas por algumas publicações (7), mas em menor frequência.

Já as causas do “fracasso” aparecem de modo menos frequente nas publicações. Ainda assim, curiosamente, os veículos de comunicação analisados não justificam o “fracasso” educacional pela ausência das condições que, segundo eles, subsidiam o “sucesso”. Ou vice-versa. “Sucesso” e “fracasso”, deste modo, teriam diferentes origens. Se, por um lado, currículos inovadores, avaliações frequentes e reconhecimento do mérito estão entre os fatores a justificar as melhorias na qualidade educacional pautada por indicadores de desempenho, por outro, problemas de infraestrutura escolar (6), ausência do corpo docente e de profissionais da escola (6), desvalorização e baixa qualificação docente (5) ou questões relativas à corrupção ou omissão governamental (5) são as causas mobilizadas para justificar maus resultados no Ideb 2023 por parte de escolas ou redes.

Tabela 2: Frequência de explicações para o sucesso educacional no Ideb 2023, segundo publicações



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3: Frequência de explicações para o fracasso educacional no Ideb 2023, segundo publicações



Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Sob a ótica neoliberal, educação de qualidade é sinônimo exclusivo de bons resultados de desempenho de estudantes. Para avaliar a qualidade dentro dessa perspectiva, a ferramenta que se oferece são os testes de desempenho padronizados, em larga escala, que proliferaram desde 1990, especialmente promovidos por organizações multilaterais. No Brasil, o Ideb, criado em 2007, e os diversos sistemas subnacionais de avaliação de

desempenho também são reflexos desse movimento. Mais ainda, a reprodução do controle de qualidade da administração empresarial na rotina escolar tem dado lugar a sistemas e plataformas de vigilância da gestão e da atuação de educadores e instrumentos de responsabilização dos profissionais da educação, que ferem a autonomia da prática docente e desconsideram condições estruturais, socioeconômicas e pedagógicas relacionadas aos sujeitos do processo educativo.

A análise de conteúdo dos 87 editoriais, artigos e notícias sobre o Ideb 2023, publicados pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, entre 14 de agosto e 14 de setembro de 2024, revela que as publicações reproduzem o ideário neoliberal da qualidade educacional. A investigação apontou a presença frequente de narrativas que favorecem a privatização da educação básica ao desqualificar a educação pública ou oferecer “soluções” alinhadas à lógica do mercado. Destacar a má qualidade da educação básica pública brasileira, apontar a má gestão de recursos públicos – e não sua insuficiência – como uma das justificativas para tal e reconhecer de modo positivo avaliações externas como artifício de melhoria da qualidade educacional, legitimam práticas e políticas privatistas.

Ademais, os textos dão voz a organizações privadas, com ou sem fins lucrativos, citando-as como fontes de informação entrevistadas, disseminando pesquisas e dados educacionais por elas produzidos ou, ainda, acolhendo-as como personalidades públicas que assinam artigos de opinião. Em sua maior parte, trata-se de fundações, institutos privados ou redes de *advocacy* que têm atuado progressivamente junto a governos na definição ou implementação da política educacional brasileira. São essas instituições, imprescindível lembrar, que apoiam a disseminação da retórica reformista nacional na educação. Sendo a educação pública um espaço de disputa, a presença contínua dessas organizações nos jornais de maior circulação do país lhes confere a autoridade de “especialistas” em educação pública.

Considerando particularmente os resultados do Ideb 2023, viu-se que a cobertura noticiosa dos três jornais não estimula reflexões ou debates aprofundados sobre a qualidade educacional brasileira. Ainda que o tom alarmista seja uma prática comum do jornalismo para atrair audiência, suas chamadas tratam o Ideb como índice exclusivo de “sucesso” ou “fracasso” educacional ao dar destaque às melhores ou piores notas, a *rankings* e aos bons ou maus desempenhos de casos específicos. A cobertura não compreende, portanto, o índice como um entre diversos dispositivos de leitura e diagnóstico da realidade educacional dos sistemas e que, por esta característica, servem para o planejamento educacional, para o

direcionamento de políticas públicas que têm a educação como um direito de todos. Pelo contrário, corrobora a concepção de qualidade como estratégia de diferenciação entre escolas e redes, naturalizando a competição entre elas, sua taxação a partir de notas que não representam a complexidade de seus sujeitos e condições estruturais e, por decorrência direta, reforça a desigualdade educacional.

Quando observadas as explicações para o “sucesso” ou “fracasso” educacional mobilizadas pelo conjunto total de textos, verificou-se que estas se assemelham a condições “coladas” a cada caso, de acordo com a opinião do autor ou das fontes entrevistadas, e não como variáveis científicas. Deste modo, não por acaso, entre as explicações mais recorrentes para o “sucesso” estão aquelas propostas pelo ideário das reformas educacionais contemporâneas, como inovações curriculares, avaliações frequentes e bonificações e repasses por desempenho. Por outro lado, o “fracasso” é justificado, de modo mais recorrente, pelas condições infraestruturais, ausência de professores e profissionais da escola, desvalorização e desqualificação do corpo docente e corrupção ou omissão governamental – ou seja, de modo geral, pela má gestão de recursos públicos e má atuação de servidores.

A grande mídia, como se alertou neste artigo, participa ativamente do debate público. Ao enquadrar questões educacionais de acordo com ideologias particulares, legitimar atores como “especialistas”, naturalizar a competição entre escolas e redes e dar lugar a explicações enviesadas para o “sucesso” ou “fracasso” educacional, atua na fabricação da realidade sobre a qualidade educacional, delimitando as compreensões possíveis e desejáveis acerca da educação pública. Este movimento auxilia no apagamento da existência e validade de outras concepções de mundo e, neste caso, de educação pública. De modo dissimulado, a educação como um serviço produzido por professores em boas ou más escolas e escolhido por pais e alunos que a consomem, cujo índice de controle de qualidade é o bom desempenho de estudantes em testes padronizados, passa a figurar não como uma política neoliberal, defendida por grupos ligados ao mercado, mas como resposta neutra e racional, a única possibilidade de desenvolvimento societário.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília: ANPAE, 2022. Disponível em: <https://anpae.org.br/EDITORIA-ANPAE/1-Livros/picLivros/2022/pic0122L.html>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ADRIÃO, Theresa; CROSO, Camilla; MARIN, Thais. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os “pactos” dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e1875, p.1-21, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/adriao-croso-marin.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

AFONSO, Almerindo. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, vol. 7, n. 1, p. 11-22, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v07n01/v07n01a02.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ANDERSON, Gary. Media's Impact on Educational Policies and Practices: Political Spectacle and Social Control. **Peabody Journal of Education**, v. 82, n. 1, p. 103-120, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25594736>. Acesso em: 18 mai. 2025.

A TRANSFORMAÇÃO da qualidade da educação básica pública no Brasil. 2010. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20181228165504/http://www.parceirosdaeducacao.org.br/application/assets/pdf/a-transformacao-da-qualidade.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública**. Internacional de la Educación: V Congreso Mundial. Londres: Instituto de Educación de la Universidad de Londres, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Adriana; PIMENTA, Claudia Oliveira; HORTA NETO, João Luiz; SOUSA, Sandra Zákia Lian Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3207/3073>. Acesso em 25 mai. 2025.

BELFIELD, Clive; LEVIN, Henry. **Education privatization: causes, consequences and planning implications**. Paris: UNESCO, International Institute for Educational Planning, 2002. Disponível em: <http://www.iiiep.unesco.org/en/publication/education-privatization-causes-consequences-and-planning-implications>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BERLINER, David; BIDDLE, Bruce. **The Manufactured Crisis: myths, fraud, and the attack on America's public schools**. Addison-Wesley Publishing Company, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

CRIPA, Marcos Luiz. **A cobertura da Educação no jornal Folha de S.Paulo**: Uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002. Orientador: Adilson Citelli. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23072009-160907/pt-br.php>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DA PORTA, Eva; CIANCI, Maria. Mediatización de los procesos de privatización de - y en - la educación en América Latina y el Caribe: un estudio de los discursos mediáticos. **Educación &**

Sociedade, Campinas, v. 37, n. 134, p.35-54, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4Q37bSZ53LnrXyrgDHzw9yr/?lang=fr&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 93-110.

FOLHA DE S.PAULO. **Folha confirma liderança em assinaturas**. 19 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/folha-confirma-lideranca-em-assinaturas.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FORBES BRASIL. **Bilionários 2025: Alta do Dólar Reduz Brasileiros da Lista da Forbes de 69 para 56**. 01 abr. 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/04/bilionarios-2025-alta-do-dolar-reduz-brasileiros-da-lista-da-forbes-de-69-para-55/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 111-177.

GERZSON, Vera Regina Serezer. **A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal: os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e IstoÉ**. Orientadora: Maria Vorraber Costa. 2007. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12865>. Acesso em: 15 mar. 2025.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

INEP. **Saeb - Histórico**. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 25 mai. 2025.

INEP. **Pisa**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 25 mai. 2025.

INEP. **Ideb**. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 25 mai. 2025.

KLEES, Steven. **The Conscience of a Progressive**. Alresford: Zero Books, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÉLIS, Luziane Said.; HORA, Dinair Leal da. Implicações da política de avaliação na produção da qualidade educacional. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-18, e-2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15537/209209213381>. Acesso em: 25 mai. 2025.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Cristiane; ARCAS, Paulo Henrique. Sistemas estaduais de avaliação revisitando contornos e evidenciando tendências. **Revista Administração Educacional**, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/263642/47748>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MARIN, Thais Rodrigues. **As narrativas da privatização da educação básica na mídia brasileira**. Campinas: ANPAE, 2024. Disponível em: <https://anpae.org.br/EDITORIA-ANPAE/1-Livros/pdfLivros/Livros2024/0424L-NarrativasPrivatizacao.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOCARZEL, Marcelo; NAJJAR, Jorge (in memoriam). Qualidade na/da educação como um marco referencial das políticas e práticas educacionais: um enfoque multidimensional. **Em aberto**, v. 33, n. 109, p. 27-46, set./dez. 2020. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4498/3848>. Acesso em: 16 mar. 2025.

VAL, Gisela Maria do; AQUINO, Julio Groppa. A ordem do discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da Folha de S.Paulo de 1996 a 2006. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 93-120, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Df9hbpMppQswtLJdPr95rdx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Sobre a autora

Thais Marin

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com especializações em Comunicação Empresarial e Jornalismo Científico. Atua no Instituto de Estudos Avançados (IdEA) da UNICAMP e é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE-UNICAMP) e da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe). Email: tmarin@unicamp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9536-5763>.

Recebido em: 04/09/2025

Aceito para publicação em: 25/09/2025